



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Operação O –

Ao abrigo do disposto no art. 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República torna público o seguinte:

No âmbito do designado [inquérito O –](#) (O negativo), foi emitido um mandado de detenção europeu (MDE) em nome de Paulo Landa de Castro, representante, à data dos factos, da empresa de produtos farmacêuticos cuja atividade está em investigação.

A detenção, em cumprimento desse pedido de cooperação judiciária internacional, ocorreu, esta manhã, na cidade alemã de Heidelberg.

Na sequência da detenção desencadeia-se um procedimento de execução do MDE, conforme resulta das disposições da [Decisão-quadro 2002/584/JHA](#), o qual decorrerá perante a autoridade judiciária alemã competente, a qual decidirá entregar ou não o suspeito às autoridades portuguesas.

No âmbito deste processo, o suspeito pode manifestar oposição à respetiva entrega. Em regra, a decisão definitiva sobre a execução do mandado de detenção europeu deve ser tomada no prazo de 60 dias após a detenção (art.º 17.º n.º 3 da referida Decisão-quadro).

Por outro lado, se for prestado consentimento por parte da pessoa cuja detenção e entrega se solicita, é admitida uma forma de entrega simplificada, ou seja, mais rápida. Neste caso, a decisão definitiva sobre a execução do mandado de detenção europeu deve, em regra, ser tomada no prazo de 10 dias a contar da data do consentimento (art.º 17.º n.º 2 da referida Decisão-quadro).

Em caso de entrega às autoridades portuguesas, o suspeito é presente ao Ministério Público que, no prazo de 48 horas, terá que promover a respetiva apresentação ao juiz de Instrução Criminal para aplicação das medidas de coação.

No inquérito, dirigido pelo Ministério Público do DIAP de Lisboa, investigam-se suspeitas de que o referido representante da empresa de produtos farmacêuticos e um funcionário com funções no âmbito de procedimentos concursais públicos na área da saúde, detido na

passada terça-feira, terão acordado entre si que este último utilizaria as suas funções e influência para beneficiar indevidamente a empresa do primeiro.

Em causa estão factos suscetíveis de integrarem a prática de crimes de corrupção ativa e passiva, recebimento indevido de vantagem e branqueamento de capitais.

Nesta investigação, o Ministério Público é coadjuvado pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ.

O inquérito encontra-se em segredo de justiça.

Lisboa, 15 de dezembro de 2016

O Gabinete de Imprensa